

O país está em jogo

P.7

LUIS FELIPE SALOMÃO

"Parece que os juízes existem para julgar imparcialmente, e para serem julgados com parcialidade." Esse comentário do ministro Victor Nunes Leal foi lembrado pelo advogado Hélio Saboya, a partir de uma releitura do discurso feito pelo ministro Sepúlveda Pertence em homenagem póstuma ao ministro Nunes Leal, do STF. Esse brasileiro que um dia escreveu "Coronelismo, enxada e voto" foi um dos grandes pensadores do direito, e perseguia obsessivamente a simplificação da administração da justiça. Foi cassado pelo arbítrio da ditadura militar, com o AI-5, que de resto violentou também as garantias de toda a magistratura.

O Judiciário é como planta: para crescer e garantir os direitos do cidadão, exige cultivo e cuidado. Só vive em lugares onde sopram os ventos da liberdade e da democracia.

As garantias estabelecidas pela Constituição federal para os juízes não são privilégios. Esse tratamento diferenciado para a magistratu-

ra existe em todas as constituições democráticas do mundo, justamente porque são garantias para o cidadão, para o povo, que tem direito a um Judiciário forte e independente.

O magistrado não pode ser removido do seu órgão julgador ao sabor da conveniência dos poderosos, pois caso contrário não teria condições para enfrentá-los. O cargo lhe é vitalício para não ser ameaçado pelo governo de demissão, em caso de contrariar um político mais temperamental. O salário não pode ser reduzido e deve ser compatível com a função que

exerce, pois, comumente, o juiz é obrigado a reconhecer o direito dos mais fracos em detrimento dos economicamente poderosos (vejam os casos em que os aposentados tiveram vitória no Judiciário contra o INSS, em relação a reajustes de apo-

sentadoria).

No caso da reforma da Previdência, há um esforço de um setor das elites para atirar o Judiciário contra a opinião pública, reeditando o velho chavão da "caça aos marajás", agora acrescido do argumento das "castas privilegiadas para aposentadoria".

Para iniciar, vamos aos números: no caso da Justiça do Trabalho, a razão atual é de 3,17 ativos para cada inativo; 65% dos juízes brasileiros têm entre 20 e 45 anos, e em todas as simulações apresentadas, considerando o tempo de contribuição e a média de idade na aposentação, o benefício

a ser recebido na aposentadoria, se levada em conta taxa de rentabilidade de 6% ao ano, produz valores superiores aos que estão sendo pagos hoje. Resumindo, o sistema, para a magistratura, é superavitário (os cálculos podem ser conferidos no

site www.amb.com.br).

No caso da Justiça estadual do Rio de Janeiro, a média de idade para aposentadoria dos desembargadores é de 69 anos e 48 anos de tempo médio de serviço/contribuição.

Então são os juízes os culpados pelo alegado "rombo" na Previdência? Decerto que a resposta é negativa.

Depois dos números, uma pergunta: quais são os beneficiados com a reforma da Previdência? Não há, na proposta de emenda à Constituição nº 40/2003, que busca reformar a Previdência social, nenhuma tentativa de incluir, para dentro do sistema de seguridade social, as camadas excluídas da sociedade. Há, por outro lado, uma verdadeira destruição do serviço público e, sobretudo, um golpe duro nas garantias constitucionais da magistratura.

A debilitação da carreira dos juízes e o impulso para que os funcionários públicos abandonem a previdência pública e busquem no mercado a sua aposentação, com certeza, beneficiam os bancos, as seguradoras e os fundos de pensão. O grande capital, em uma palavra,

Também pelo aspecto jurídico, a proposta contém inúmeros vícios: "Nem mesmo por via de emenda constitucional o direito do servidor público à aposentadoria com vencimentos integrais poderá ser reduzido ou eliminado. Nos termos do art. 60, parágrafo 4º, IV, a Constituição federal proíbe a deliberação sobre proposta de emenda tendente a abolir os direitos e garantias individuais" (prof. Dalmo de Abreu Dallari). O Brasil só tem Constituição e democracia quando isso não atrapalha as contas do governo.

O que se propõe com essa reflexão é examinar qual o tipo de serviço público que queremos no futuro, e, especialmente, quais os juízes que irão ser selecionados para fazer valer, em juízo, os direitos dos nossos filhos e netos. Para além dos números e das posições apaixonadas, está em jogo o país que estamos construindo para as futuras gerações.

LUIS FELIPE SALOMÃO é presidente da Associação dos Magistrados do Estado do Rio de Janeiro.

É preciso saber
que tipo de
serviço público
queremos para
o futuro
